



Líderes fecham acordo para análise de 11 vetos na terça

O entendimento prevê a votação nominal de dois destaques, um da Rede e outro do Novo, e a retirada dos demais. Cinco vetos trancam a pauta e há 24 projetos de créditos para votação antes do recesso

Os líderes do Senado e da Câmara se reuniram na manhã de ontem e, segundo o líder da Rede, senador Randolfe Rodrigues, os destaques do PT, DEM, PSL e Podemos serão retirados e os demais vetos, decididos com cédula de votação. Os dois destaques tratam dos 45 itens vetados pelo presidente da República na reforma partidária e eleitoral. O da Rede defende a manutenção da proibição do uso de dinheiro do Fundo Eleitoral para pagamento de multas da Justiça Eleitoral. O destaque do Novo trata da propaganda

eleitoral. O pacto visa limpar a pauta para que sejam votados 24 projetos que destinam R\$ 22,8 bilhões a órgãos do Executivo e do Judiciário e também para estados, Distrito Federal e municípios. De acordo com o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes, o acordo prevê a votação dos vetos na terça-feira e a dos projetos na quarta-feira. Randolfe, Alvaro Dias e Major Olimpio disseram que deve ser mantido o veto que proíbe o uso de sistemas de prestação de contas diferentes do software fornecido pelo Tribunal Superior Eleitoral. **3**



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre (C), entre Eduardo Gomes e Rodrigo Maia, coordena reunião com líderes

Marcos Brandão/Senado Federal



Paim (C) lembrou que a MP já está valendo e que, em razão das muitas emendas apresentadas, a análise deve demorar

Relações de trabalho: debatedores criticam MP

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, convidados e senadores acusaram o governo de pretender uma nova reforma trabalhista

por meio da Medida Provisória 905. Para o presidente do colegiado, Paulo Paim, o texto usurpa direitos dos trabalhadores ao modificar

135 tópicos constitucionais. O senador informou que a MP já recebeu cerca de 2 mil emendas no Congresso, o que deve dificultar a aprovação. **4**

Governo apoia reestruturação de carreira militar

O ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, disse em debate que a reestruturação da carreira militar trará economia ao país. **4**

Confederações defendem jogos eletrônicos

Representantes de confederações disseram ontem que o texto que regulamenta esportes eletrônicos não interfere no mercado. **3**

Santa Dulce dos Pobres é homenageada

Uma sessão especial do Senado homenageou ontem Santa Dulce dos Pobres, religiosa brasileira canonizada pelo papa Francisco. **2**

Comissão vota na quarta-feira prisão em segunda instância

Em reunião na Presidência do Senado, líderes decidiram que o calendário de votação do projeto que estabelece prisão após de-

cisão em segunda instância será mantido na Comissão de Constituição e Justiça. A votação está prevista para quarta-feira. **3**



Simone Tebet, presidente da CCJ, e Jorginho Mello, vice-presidente

Pedro França/Agência Senado — 20/11/2019

Sessão especial celebra hoje Ruy Barbosa **2**

Reativado grupo parlamentar com Arábia Saudita **3**

Senado mais digital. A boa informação mais perto de você.

APLICATIVO VISITE O CONGRESSO NACIONAL
Aplicativo com informações adicionais para os visitantes e também destinado àqueles que desejam conhecer o Congresso mesmo estando longe, com o tour virtual.

Disponível na Google Play e na Apple Store.

Sessão especial homenageia Santa Dulce dos Pobres

Senadores da bancada baiana destacaram virtudes como fé, caridade e resistência da religiosa brasileira, canonizada pelo papa Francisco no dia 13 de outubro. A homenagem foi requerida por Kátia Abreu

A CARIDADE, A fé e a resistência de Santa Dulce dos Pobres foram as virtudes mais elogiadas na sessão especial que celebrou a canonização da freira conhecida como o Anjo Bom da Bahia. Por requerimento de Kátia Abreu (PDT-TO), o Senado homenageou ontem a primeira religiosa canonizada nascida no Brasil. A cerimônia foi comandada pelo papa Francisco em 13 de outubro, no Vaticano.

— A sessão de hoje, de homenagem à Santa Dulce dos Pobres, é uma oportunidade para que o Senado assuma as responsabilidades e o legado da primeira santa brasileira e comece a discutir, com a maior urgência possível, soluções efetivas de suspensão da pobreza e das desigualdades sociais vividas pelos brasileiros — disse a senadora, que presidiu a sessão.

Jaques Wagner (PT-BA), que conheceu Santa Dulce, afirmou ser admirável a obstinação da religiosa em suas obras sociais e em sua fé.

— Eu chamo a atenção para que as bênçãos de Santa Dulce dos Pobres possam inspirar mentes e corações brasileiros para que a gente diminua o nível de intolerância que a gente vem vivendo nos últimos anos — afirmou.

Angelo Coronel (PSD-BA) lembrou que é autor do PL



Senadores Angelo Coronel, Kátia Abreu, Otto Alencar e Jaques Wagner

4.028/2019, que institui 13 de outubro como o Dia de Santa Dulce dos Pobres, que, segundo o senador, servirá para “refletirmos ainda mais sobre um mundo melhor”. Segundo ele, nos hospitais das Obras Sociais Irmã Dulce são feitos 2,2 milhões de procedimentos ambulatoriais por ano, há 954 leitos e 3 mil funcionários trabalhando.

— Esses números grandiosos são pequenos perto do que foi Irmã Dulce — disse.

Médico

Otto Alencar (PSD-BA), que atuou nas obras sociais da santa como médico voluntário, disse que não tem dúvida de que a fé cura. Para ele, Irmã Dulce se inspirou no livro bíblico de São Tiago, em que se lê que a fé sem obras é morta. O senador lembrou que, embora a santa convivesse com vários enfermos com doenças infecto-

contagiosas, facilmente transmissíveis, não ficava doente.

— Eu acho que o grande milagre foi esse. Passar a vida inteira ali dentro, ela convivendo com pessoas com doenças infectocontagiosas, que se transmitiam com facilidade, ela nunca foi acometida de tuberculose, de nenhuma doença. Eu não tenho nenhuma dúvida, do que aconteceu ao longo da minha vida, de tantas e quantas cirurgias que fiz em ambiente sem muita condição técnica, de que a fé cura — afirmou.

Telmário Mota (Pros-RR) afirmou que, embora seja de Roraima, se formou na Bahia e conheceu Irmã Dulce. Para o senador, ela era um exemplo de amor.

— Deus não mede as pessoas pelos seus olhos azuis, pela sua cor, pelo seu patrimônio. Mas mede pelo seu amor. E a Irmã Dulce era isto: 1 metro e 40 de amor — afirmou.

Plenário comemora hoje 170 anos de Ruy Barbosa

O Senado fará hoje uma sessão especial em comemoração ao 170º aniversário de nascimento de Ruy Barbosa (1849-1923). A homenagem foi requerida por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Paulo Rocha (PT-PA), Paulo Paim (PT-RS), Flávio Arns (Rede-PR), Izalci Lucas (PSDB-DF), Eduardo Gomes (MDB-TO) e Esperidião Amin (PP-SC).

Considerado o patrono do

Senado, Ruy Barbosa de Oliveira foi senador entre 1890 e 1923, além de jurista, advogado, diplomata, jornalista, escritor e político com grande atuação.

Ruy Barbosa foi ainda ministro da Fazenda e da Justiça e representou o Brasil na Conferência de Haia de 1907, que definiu importantes normas do direito internacional, e fundador da Academia Brasileira de

Letras. Ele nasceu na Bahia em 5 de novembro de 1849.

O Senado analisa a proposta de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) que cria o Prêmio Ruy Barbosa destinado a pessoas com relevante contribuição ao Legislativo e às carreiras jurídica e diplomática (PRS 59/2019). Randolfe Rodrigues é autor de projeto que dá o nome de Ruy Barbosa ao Plenário do Senado (PRS 70/2019).

Senadores celebram gestão de monumentos históricos pela UFSC

Os 40 anos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como responsável pelas fortalezas históricas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonos e São José de Ponta Grossa, no litoral catarinense, foram celebrados em sessão especial ontem. A UFSC gerencia as fortalezas, que integravam o antigo sistema defensivo criado pela Coroa Portuguesa na ilha de Santa Catarina.

Esperidião Amin (PP-SC), um dos autores do pedido de homenagem, destacou a importância das antigas fortificações — as de Santa Cruz de Anhatomirim e de Santo Antônio de Ratonos estão entre as 19 fortalezas brasileiras indicadas à Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para se tornarem Patrimônio da Humanidade.

Além de destacar a administração das fortalezas pela UFSC, Amin saudou

o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), pelo esforço de restauração e conservação dos monumentos, e a Marinha pela sensibilidade de ceder suas instalações.

— Creio que essa conjugação de esforços é bom exemplo de cooperação, não pelo passado, mas pelo futuro — disse.

As deputadas federais Carmen Zanotto (Cidadania-SC) e Angela Amin (PP-SC) elogiaram a UFSC e as instituições de apoio.

— O mais importante é a mudança de postura dos cidadãos quanto à necessidade de preservar o que foi construído por nossos antecessores — disse Angela Amin.

O reitor da universidade, Ubaldo Cesar Balthazar, manifestou reconhecimento a todas as pessoas e instituições que atuaram nos 40 anos de preservação das fortalezas.



Amin, que presidiu a sessão, destacou o papel do Iphan na conservação

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

SESSÃO ESPECIAL Ruy Barbosa

10h Celebração do 170º aniversário de nascimento de Ruy Barbosa.

SESSÃO ESPECIAL Dia da Consciência Negra

14h Comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Marcos Brandão/Senado Federal



Eduardo Gomes, Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia conversam com líderes dos partidos no Senado e na Câmara

Acordo no Congresso prevê análise de 11 vetos na terça

Ficaram acertadas a votação nominal de dois destaques, um da Rede e outro do Novo, e a retirada de dispositivos do PT, do DEM, do PSL e do Podemos. Os demais vetos serão decididos por cédula

OS LÍDERES DOS partidos no Senado e na Câmara fecharam um acordo para votar na terça-feira os 11 vetos do presidente Jair Bolsonaro a projetos do Legislativo. Cinco deles trancam a pauta e impedem a análise de outras propostas.

Segundo o líder da Rede, Randolfe Rodrigues (AP), o acordo fechado ontem na residência oficial da Presidência do Senado prevê a votação nominal de apenas dois destaques em separado, um da Rede e outro do Novo. Com isso, destaques do PT, do DEM, do PSL e do Podemos serão retirados. Os demais vetos serão decididos com cédula de votação.

Multas

Os dois destaques em separado tratam do veto parcial à reforma partidária e eleitoral (Lei 13.877, de 2019). A norma teve 45 dispositivos barrados pelo presidente. A Rede defende a manutenção do item que proíbe o uso de dinheiro do Fundo Eleitoral para o pagamento de multas da Justiça Eleitoral. O destaque do Novo trata da propaganda eleitoral.

— Na sessão da última quarta-feira [20], não conseguimos construir um acordo

de procedimentos para a apreciação dos vetos. A ideia agora é termos um acordo mínimo que não prejudique o direito dos partidos políticos na apreciação dos vetos. Vamos assegurar que um mínimo de destaques seja garantido para o debate no Plenário — explicou Randolfe.

Segundo o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), o acordo prevê a votação dos vetos na terça-feira. No dia

Intenção é limpar a pauta, trancada por cinco vetos, para votar antes do recesso 24 projetos de lei que abrem créditos extraordinários

seguinte, serão analisados 24 projetos que abrem crédito no valor total de R\$ 22,8 bilhões para órgãos do Executivo e do Judiciário, além de estados, DF e municípios.

— Cada partido vai fazer sua orientação sobre a derrubada ou a manutenção dos vetos. Mas vamos organizar a pauta porque temos apenas três semanas [até o final da sessão legislativa] e uma possibilida-

de restrita de realização de sessões do Congresso — disse Eduardo.

Líderes disseram que apenas 3 dos 11 vetos devem ser confirmados. Os demais seriam derrubados pelo Congresso. De acordo Randolfe, Alvaro Dias (Podemos-PR) e Major Olimpio (PSL-SP), os parlamentares devem manter um dispositivo do veto que proíbe o uso, pelos partidos, de sistemas de prestação de contas diferentes do software fornecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

CTPS

Ainda segundo os três senadores, deve ser mantido o veto que proíbe a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) por meio eletrônico. O terceiro veto acaba com a preferência concedida a mulheres marisqueiras no pagamento de indenizações.

O líder do governo nega que haja acordo para a derrubada dos outros oito vetos na pauta.

— Não são só três vetos mantidos, há um número maior. Outras quatro ou cinco matérias ainda são passíveis de derrubada ou manutenção — afirmou Eduardo.

Jorge Kajuru sai da UTI e poderá ter alta em breve

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) foi transferido ontem da Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Sírio-Libanês, em Brasília. Com “quadro neurológico resolvido”, ele segue internado, com medicação por via oral.

De acordo com o último boletim médico, os exames revelaram uma cicatriz no cérebro, provável resultado de uma infecção antiga já resolvi-

da. Essa cicatriz, associada ao estresse, pode ter contribuído para a crise convulsiva por que passou. Kajuru poderá receber alta nos próximos dias e é acompanhado pela equipe de neurologia e neurocirurgia, liderada pelo Dr. Mauro Takao Suzuki.

Enquanto espera a alta, o senador faz postagens nas redes sociais e até gravou um vídeo curto no hospital

durante visita de Juíza Selma (Podemos-MT), dirigindo-se aos moradores de Mato Grosso e agradecendo pelos votos de melhoras na saúde.

Kajuru teve uma convulsão durante a sessão de terça-feira, no momento das discussões sobre a PEC Paralela da Previdência, e foi encaminhado ao hospital. O senador é diabético e havia se queixado de mal-estar durante o dia.

Senado mantém calendário para votar prisão em 2ª instância

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai manter o calendário para discussão e votação do projeto que estabelece a prisão de condenados após decisão em segunda instância (PLS 166/2018). A decisão foi anunciada ontem, depois de reunião de líderes na Presidência do Senado. A votação está marcada para quarta-feira. No dia anterior a CCJ promoverá uma audiência sobre o projeto do senador Lasier Martins (Podemos-RS) com o ministro da Justiça, Sergio Moro.

Na quarta-feira, a CCJ da Câmara aprovou a admissibilidade de uma proposta de emenda à Constituição

que permite a execução imediata de decisões dos tribunais regionais federais (PEC 199/2019). No mesmo dia, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, determinou a criação de uma comissão especial de 34 deputados para analisar a proposta.

Para líderes que participaram da reunião, o “fato novo” não muda o rito de votação do PLS 166/2018, que altera o Código de Processo Penal (CPP). Os senadores reconhecem, no entanto, que é preciso buscar uma aproximação com os deputados sobre a tramitação das duas propostas.

O líder da Rede, senador Randolfe Rodrigues (AP), afirmou que um entendimento entre as duas Casas pode favorecer um caminho mais rápido para a aprovação da prisão em segunda instância.

Por sua vez, o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), avalia que a decisão da Câmara “mexeu com as estratégias de cada Casa” e defende um “entendimento estratégico” entre senadores e deputados, mesmo que a decisão sobre a prisão em segunda instância fique para o próximo ano.



Randolfe defende entendimento para facilitar a aprovação

Regulação de esporte eletrônico é defendida em subcomissão

Na segunda audiência sobre a proposta de regulamentação dos jogos eletrônicos como prática esportiva, promovida pela Subcomissão sobre Esporte e Educação Física, representantes de confederações alegaram que o texto não interfere na organização do mercado (PLS 383/2017). No primeiro debate feito pelo colegiado, no dia 7, jogadores, times e empresas desenvolvedoras de games contestaram a legitimidade dessas organizações e manifestaram o temor de que o projeto trave o crescimento do setor e isole o Brasil das competições internacionais.

Enquanto o debate ocorria no Senado, internautas contrários à regulamentação usavam a hashtag #todoscontra-pls383. No Portal e-Cidadania do Senado, onde é possível

opinar sobre a proposta, aumentou a diferença entre o número de pessoas que reprovam e apoiam a proposta. Antes da audiência, o placar marcava cerca de 8 mil votos contrários ao projeto, contra cerca de 6 mil favoráveis à regulamentação nos termos do texto. Ao fim do debate, mais de 33 mil internautas registraram seu descontentamento com o projeto, enquanto o número de apoios chegou a 6,1 mil.

A relatora, Leila Barros (PSB-DF), estuda fazer uma terceira audiência, reunindo confederações, jogadores e desenvolvedores de games para chegar a um consenso.

— O mais importante é que Senado e Congresso decidam sobre o assunto em sintonia com o que o setor quer para seu futuro.



Relatora, Leila (D) ouve representante de entidade a favor do projeto

Nova carreira militar é superavitária, diz governo

O ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, expuseram aos senadores a reestruturação, já aprovada na Câmara

O PROJETO QUE reestrutura a carreira militar trará economia para as contas públicas e é uma demonstração de que a categoria está dando sua contribuição ao ajuste fiscal. Essa foi a essência da participação do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e do secretário de Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, em audiência de ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

— Só nos estados brasileiros, a economia será superior a R\$ 53 bilhões nos próximos dez anos. Isso graças ao espelhamento da carreira das polícias militares com as das Forças [Armadas] — garantiu Marinho.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e enviado ao Senado na terça-feira.

— A reestruturação [...] valoriza a meritocracia, além de reforçar a hierarquia e a disciplina — afirmou Azevedo e Silva.

O PL 1.645/2019 é relatado na CRE por Arolde de Oliveira (PSD-RJ), favorável à proposta, que, segundo o general, repara perdas salariais nos últimos 20 anos. Major Olimpio (PSL-SP) tem participado das negociações desde que a proposta estava na Câmara.

— Existem impactos que precisam estar previstos no Orçamento da União para 2020. Então, temos a obrigação



Entre Azevedo e Silva e Nelsinho, Arolde defende projeto em audiência

de aprovar a reestruturação até o fim deste ano. E, no mérito, o projeto equilibra um pouco a carreira militar com outras categorias. Mas é bom deixar claro que o equilíbrio ainda não se faz — afirmou.

Rogério Marinho concordou e pediu que o Senado, “de preferência”, aprove o projeto sem fazer nenhuma mudança.

— Um general de quatro estrelas hoje, no final da carreira, ganha 60% do que recebe um auditor ou procurador. Esperamos que o Senado agora mantenha o texto. Isso evitará que ele volte à Câmara.

Proteção social

Azevedo e Silva afirmou que o PL 1.645/2019 é um novo sistema de proteção social aos militares e que a reestruturação gerará um superávit próximo a R\$ 34 bilhões ao governo federal até 2029, superior a R\$ 23 bilhões entre 2030 e 2035, e de R\$ 2,5 bilhões a partir de 2036.

Isso será possível principal-

mente porque as alíquotas de contribuição subirão de 3,5% para 14%. O texto também aumenta o tempo de serviço mínimo para aposentadoria de 30 para 35 anos e reduz o rol de dependentes e pensionistas. O aumento da receita também virá da redução de efetivos nas escolas militares, da substituição de militares de carreira por temporários e da universalização dos contribuintes para a pensão militar.

O projeto ainda altera o adicional de habilitação e cria o adicional de compensação por disponibilidade. Também aumenta a ajuda de custo para realocações dos militares e suas famílias.

O presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), leu perguntas de internautas questionando porque a reestruturação dará aumentos maiores para as cúpulas do que para as bases da carreira. Azevedo e Silva garantiu que essa discriminação não existe.

Pesquisador defende memória dos pracinhas da FEB

Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o professor Vinicius Mariano de Carvalho, do King's College de Londres, defendeu uma maior valorização dos ex-combatentes brasileiros que atuaram na 2ª Guerra Mundial. O especialista esteve ontem no Senado para falar sobre a importância dos monumentos de guerra e, em especial, do Monumento Votivo Militar Brasileiro, na cidade de Pistoia, na Itália.

— A memória é um instrumento da diplomacia porque nos ajuda a pontuar o presente e o futuro com base em relações passadas — afirmou.

Na opinião do pesquisador, não se dá a devida atenção aos ex-combatentes.

— A gente nunca tratou da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nas nossas escolas e, para mim, foi uma grande surpresa descobrir quantos



Observado por Anastasia, Carvalho fala sobre ex-combatentes do país

soldados foram para a Europa lutar. [...] Se nós sabemos pouco, muito menos sabem os atores internacionais.

A FEB chegou a ter mais de 25 mil homens lutando por sete meses em solo italiano. Quase 3 mil ficaram feridos e 467 morreram em combate.

O professor lembrou que o Monumento de Pistoia foi criado em 1945 a partir da necessidade de enterrar os mortos. Em 1960, com o

Monumento aos Pracinhas no Rio de Janeiro, o governo decidiu trazer para o Brasil os restos mortais dos soldados lá enterrados.

Esperidião Amin (PP-SC) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) lembraram que o turismo histórico voltado para eventos militares é valorizado em muitos países e gera não só fonte de renda, mas representa uma advertência para os jovens sobre o flagelo das guerras.

Debatedores criticam MP que altera legislação trabalhista

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) discutiu ontem a medida provisória que altera a legislação trabalhista (MP 905/2019). Para o presidente do colegiado Paulo Paim (PT-RS), o texto usurpa direitos dos trabalhadores ao modificar 135 tópicos constitucionais, entre artigos, incisos e parágrafos.

O procurador-geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, disse que o Ministério Público do Trabalho tem visto com preocupação a medida provisória por se tratar de “uma nova reforma trabalhista”. Ele apontou que, embora ninguém no Brasil seja contra a criação de postos de trabalho, a MP traz 19 artigos sobre o tema principal e 34 outros para extinguir o registro de profissões, corrigir débitos trabalhistas, onerar desempregados, entre outras.

Paim leu trechos de uma notícia de ontem da *Folha de S.Paulo* em que sindicalistas avaliam a MP 905/2019 como

uma tentativa de diminuir os custos de produção, mas alertam para um possível aumento de despesas com acidentes de trabalho, uma vez que a ideia seria reduzir a fiscalização.

O senador informou que a medida provisória já recebeu no Congresso cerca de 2 mil emendas.

— Acho que era isso que eles queriam, porque, dessa forma, ela vai continuar valendo [durante o recesso parlamentar]. Na minha opinião essa medida provisória deveria ser devolvida. Como é que querem fazer alteração em 135 dispositivos legais numa mesma MP?

Consciência negra

Antes de abrir o debate sobre a MP, Paim lembrou o Dia da Consciência Negra e reclamou da intolerância contra os negros, as maiores vítimas de homicídios em todo o país — cerca de 77% dos jovens assassinados são negros ou pardos.

Senado reinstala grupo para parceria com a Arábia Saudita

O Senado reinstalou ontem o Grupo Parlamentar Brasil-Arábia Saudita, com objetivo de incentivar e desenvolver as relações entre os Legislativos dos dois países. A comissão executiva será presidida pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT) e o primeiro vice-presidente será o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

Para Wellington, o Parlamento deve estar presente nessas relações para fazer a mediação entre os dois governos no aprimoramento de legislações e no intercâmbio de conhecimento das necessidades dos dois países.

— Quanto mais a gente aumenta a amizade, mais possibilidades a gente tem de ampliar as nossas relações comerciais. O Brasil é um país que está precisando de investimentos e a Arábia Saudita, através do seu fundo de investimento, já sinalizou com um investimento de

US\$ 10 bilhões, principalmente nas áreas de defesa e infraestrutura.

O embaixador da Arábia Saudita, Ali Abdullah Bahitham, disse que seu país e o Brasil têm um “relacionamento maravilhoso” de meio século e baseado no respeito mútuo.

Ele revelou que seu país tem “uma visão ambiciosa”, que é a “visão 2030”, para apoiar a indústria, o turismo, a educação, a inovação, a saúde, o investimento, as energias renováveis e a segurança alimentar.

— O Reino da Arábia Saudita considera a República Federativa do Brasil um parceiro para alcançar essa visão, especialmente porque as relações políticas entre os dois países nos últimos 50 anos têm sido um importante tributário da estabilidade, incentivando um trabalho conjunto mais frutífero e construtivo para ambos os países.



Com embaixador saudita, Wellington destaca relação entre os países